Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Aviso MPr-2023-12
Projetos de IC&DT em Todos os Domínios Científicos 2023

Proteção de Dados Pessoais

No contexto deste concurso são recolhidos dados pessoais cujo tratamento é processado de acordo com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, em vigor desde 25 de maio de 2018 e que revoga a Diretiva 95/46/CE, de 24 de outubro de 1995, de 24 de outubro, e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução na ordem jurídica nacional do RGPD.
Os dados pessoais são recolhidos exclusivamente para a finalidade de Gestão de Programas e Instrumentos de Financiamento. O tratamento dos dados para esta finalidade é lícito por ser necessário ao exercício de funções de interesse público e cumprimento de obrigações jurídicas nos termos do art.º 6.º, n.º 1, alíneas c) e f) do RGPD, decorrentes, essencialmente, do Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março veio estabelecer o regime geral de aplicação do Portugal 2030 e dos respetivos fundos europeus.

Os dados pessoais recolhidos correspondem às seguintes categorias de titulares: investigadores responsáveis e membros das equipas de investigação, representantes das entidades beneficiárias, avaliadores (peritos independentes e avaliadores externos, nacionais ou estrangeiros, afiliados a instituições nacionais ou estrangeiras.

A recolha dos dados pessoais é efetuada indiretamente, uma vez que as candidaturas são apresentadas em formulários online diretamente no Balcão dos Fundos, sob responsabilidade da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (AD&C), a FCT só tem acesso aos dados em fase de avaliação.

Em fase de preenchimento de candidatura, e com o exclusivo intuito de confirmação dos dados, são partilhados entre a FCT e a AD&C os dados pessoais relativos ao CIÊNCIA – ID, nome e e-mail dos investigadores membros das equipas, tendo sido para o efeito celebrado um Acordo Responsabilidade Conjunta no Tratamento de Dados Pessoais, onde se encontram definidas entre as partas as regras relativas à partilha de dados pessoais e acautelados os seus direitos.

Para a fase de avaliação, a FCT trata dados pessoais das seguintes categorias: identificação civil; contacto; género, nacionalidade, atividade académica; financeiros; identificação científica; identificação de projeto; autenticação; saúde (constantes de documentos necessários para justificar a condição de elegibilidade ao tempo do projeto.

No âmbito do cumprimento de obrigações jurídicas relacionadas com a finalidade de Gestão de Programas e Instrumentos de Financiamento, os dados são divulgados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para os devidos atos de homologação. Não sendo de excluir outras entidades não mencionadas, mas que tenham legitimidade legal para proceder à solicitação, recolha e tratamento dos dados em questão. Os dados pessoais poderão ser ainda sujeitos a transferência internacional não só para países pertencentes ao Espaço Económico Europeu como, também, para países terceiros. Nesses casos, a FCT transfere os dados com as garantias adequadas e assegurando sempre a segurança dos dados, utilizando as ferramentas de transferência internacional de dados mais apropriadas para o efeito.

A FCT assume a qualidade de responsável pelo tratamento dos dados pessoais, com sede na Avenida D. Carlos I, 126, 1249-074 Lisboa, telefone: +351 21 3924300, tendo designado Encarregada da

Proteção de Dados Pessoais, cujo contacto deve ser efetuado diretamente para o endereço de correio eletrónico dpo@fct.pt para todas as questões relacionadas com os dados pessoais tratados para esta finalidade, mais se informando que os dados serão conservados de acordo com o que for fixado por norma legal ou regulamentar, ou, na falta desta, com o que se revele necessário para a prossecução da finalidade.

Através de qualquer um dos contactos acima indicados, e sem prejuízos dos limites previstos na lei, os titulares dos dados têm o direito de solicitar à FCT o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, à sua retificação ou ao seu apagamento, à observância da limitação do tratamento dos seus dados e à portabilidade dos dados quando tecnicamente possível. Pode ainda opor-se ao tratamento ou retirar, em qualquer momento, o consentimento previamente dado, caso tenha sido este o caso.

Sem prejuízo de envio de notificação direta à FCT, através dos contactos aqui disponíveis, o titular dos dados pessoais poderá reclamar diretamente junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (www.cnpd.pt), utilizando os contactos disponibilizados por esta entidade para o efeito.

Para garantir a proteção dos dados pessoais tratados, a FCT implementa regras rigorosas e internacionalmente reconhecidas, que se aplicam a todos os que legalmente manuseiam dados pessoais, adotando-se medidas de segurança, de carácter técnico e organizativo, por forma a proteger os dados pessoais que são disponibilizados, como a confidencialidade, integridade e a autenticidade dos dados tratados, neste âmbito articulados com os deveres de publicação das listas de candidaturas aprovadas e não aprovadas e listas de painéis de avaliadores, que, por defeito, assegurem que os dados são localizáveis, acessíveis, interoperáveis e reutilizáveis.